



RESENHA

**CONSTRUINDO OS PRINCÍPIOS DE UMA CLÍNICA
FONOAUDIOLÓGICA DA LINGUAGEM ESCRITA:
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES**

*Cristiane Cagnoto Mori-de Angelis**

Linguagem escrita: referenciais para a clínica fonoaudiológica

Organizadoras: Ana Paula Berberian,

Giselle de Athayde Massi e Ana Cristina Guarinello

São Paulo, Plexus, 2002

Embora discutível e, de meu ponto de vista, lamentável, é fato que as preocupações com a natureza e o funcionamento do objeto “escrita” têm ocupado um lugar bastante restrito na literalização fonoaudiológica. De modo geral, o material disponível versa sobre os chamados distúrbios de leitura e escrita, cuja existência é o ponto de partida para as discussões e, desse modo, rareiam os trabalhos que se dispõem a polemizar a questão da clínica fonoaudiológica com a linguagem escrita. Dito de outro modo, a maioria dos trabalhos à disposição

* Fonoaudióloga, mestre em Lingüística pela Unicamp, professora do Departamento de Lingüística da PUC-SP e do curso de Fonoaudiologia da Umesp.

dos estudantes de fonoaudiologia e fonoaudiólogos assume os distúrbios e se propõe, a partir de algumas vertentes teóricas, a discutir procedimentos de avaliação e terapia.

Por outro lado, as referências bibliográficas oriundas de outras áreas, sobretudo a lingüística, oferecem-nos, via de regra, discussões sobre a natureza e o funcionamento da linguagem escrita e alguns trabalhos já chegam, até mesmo, a propor uma “teoria da língua escrita”. Apesar da incontestável importância de trabalhos dessa natureza, neles, por uma questão de delimitação do objeto de estudo, as discussões sobre os desvios, as diferenças, quando presentes, visam à própria confirmação da postura teórica defendida, não se ocupando – como, de fato, não deveriam – dos aspectos clínico-terapêuticos daí decorrentes.

Tendo em vista o que se expôs, são raros os trabalhos que aliam a discussão teórica à reflexão clínica e, quando se flagra um seu exemplar, é preciso não só registrar seu aparecimento, como também brindar a iniciativa. É esse o caso do livro que aqui comentamos. Em seus oito artigos, os diferentes autores se propõem a apresentar e discutir referenciais que, mesmo apoiados em princípios teóricos diferenciados, prestam-se a alicerçar uma clínica fonoaudiológica comprometida com a especificidade da linguagem escrita e com a singularidade dos sujeitos atendidos. É digno de nota, nesse sentido, que mesmo aqueles trabalhos produzidos no interior da área de letras e lingüística não destoam dos demais artigos produzidos por fonoaudiólogos, na medida em que apresentam reflexões amparadas por uma visão discursiva da linguagem “aplicadas” a aspectos do uso da linguagem escrita pertinentes à reflexão fonoaudiológica. É o que ocorre com os artigos de Maria Cristina da Cunha Pereira, sobre a estruturação sintática dos textos produzidos por estudantes surdos, e de Angela Maria Gusso, sobre a história de constituição da escrita de um aprendiz.

Ana Paula Berberian, além de participar da organização, oferece-nos um artigo em que objetiva discutir os *princípios norteadores da avaliação clínica fonoaudiológica de crianças consideradas portadoras de distúrbios de leitura e escrita*. A escolha de abrir a coletânea com esse trabalho não poderia ser mais acertada, uma vez que ele funciona como uma espécie de “comissão de frente” a anunciar os temas, as indagações, as cores e os tons dos próximos trabalhos. O vezo histórico característico de outras obras dessa autora comparece para con-

tar ao leitor o que tradicionalmente tem embasado as avaliações fonoaudiológicas da linguagem escrita. Nesse movimento, ela traça um paralelo entre as avaliações realizadas por fonoaudiólogos e educadores, nas quais

(...) o aprendizado da leitura e escrita tem sido focalizado (...) do ponto de vista maturacional, pelo qual a prontidão para tal aprendizado consiste em uma série de habilidades específicas e suscetíveis de mensuração, associadas à integridade dos órgãos sensoriais (audição e visão) e do sistema nervoso central. (p. 13)

Esse paralelo, ilustrado pelos métodos fonético e multissensorial de alfabetização e pelo Tipiti – exame fonoaudiológico de linguagem –, conduz à compreensão de que a avaliação balizada por uma visão de linguagem como sistema estável, transparente e imanente determina uma “patologização” do sujeito aprendiz e elimina a possibilidade de se considerar que “o que está em jogo no aprendizado da escrita é a qualidade das relações que a criança estabelece com seus interlocutores e com a linguagem escrita” (p. 17).

O resgate dessas relações é que irá nortear a proposta de avaliação fonoaudiológica da linguagem escrita proposta pela autora e, para tanto, ela apresenta ao leitor a fundamentação teórica que embasa seu trabalho, cujos princípios vão reaparecer em vários outros artigos do livro. Em primeiro lugar, surge o compromisso com uma visão enunciativa da linguagem, apoiada em Mikhail Bakhtin, cujos pressupostos vão determinar o entendimento de que “toda e qualquer enunciação se origina na ‘situação social imediata’” e, portanto, “os processos de aquisição da escrita se realizam conforme a qualidade e natureza das relações sociais intermediadas por essa modalidade de linguagem” (p. 21). Determinando o viés pelo qual deverão ser encarados os dados de escrita dos sujeitos, aparece o paradigma indiciário, tal como enunciado por Carlo Ginzburg, e explorado pelas pesquisadoras da Unicamp Maria Bernadeth Abaurre, Maria Laura Mayrink-Sabinson e Raquel Salek Fiad. De modo a subsidiar as intrincadas relações entre oralidade e escrita presentificadas nos textos infantis, bem como as diferentes hipóteses sobre o sistema alfabético-ortográfico do português, surgem as pesquisas do lingüista Luiz Carlos Cagliari. Essas referências, dentre algumas outras, vão permitir à autora defender que os sujeitos sejam avaliados

por meio de suas produções espontâneas, nas quais os chamados “erros” possam ser analisados como indícios de operações singulares que o sujeito realiza nos diferentes momentos de seu trato com a linguagem escrita.

A exemplo de Berberian, Ana Paula Ramos também participa desse livro com um artigo de reflexão teórica, cuja motivação vem, segundo ela própria relata, dos tempos em que era uma aluna da graduação inquieta e muito descontente com o modo pelo qual eram avaliadas a leitura e a escrita de seus pacientes. Essa inquietação não só não a abandonou, como a motivou a buscar os pressupostos teóricos que tradicionalmente embasam a avaliação e a terapia fonoaudiológicas com a linguagem escrita. Os resultados de sua busca refletem-se em seu artigo, cuja leitura permitirá ao leitor redimensionar o peso das habilidades motoras e perceptuais para o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, bem como refletir criticamente sobre a relação entre memória e distúrbio de leitura e escrita. As revisões teóricas empreendidas pela autora ainda permitem-lhe refletir sobre a relação entre oralidade e escrita e discutir brevemente sobre o papel da família e da escola. Assim, tomadas em conjunto, suas considerações podem contribuir para que os fonoaudiólogos compreendam melhor a origem e a motivação de alguns procedimentos clínico-terapêuticos e tenham subsídios para escolher aqueles procedimentos que vão ao encontro de suas concepções de sujeito e de linguagem escrita.

Berberian reaparece ao lado de Giselle Massi e Ana Cristina Guarinello – também organizadoras –, além de Kyrlian Bortolozzi e Alexandra Pellanda, num artigo que pretende problematizar o diagnóstico dos distúrbios de leitura e escrita – “Enfoques acerca da aquisição da linguagem escrita: distúrbios ou hipóteses?”. Como forma de subsidiar a discussão pretendida, as autoras oferecem ao leitor um cuidadoso panorama das diferentes etiologias, explicações, classificações e mesmo nomenclaturas atribuídas aos chamados distúrbios de leitura e escrita, tanto pela área médica quanto educacional, por entenderem que essas áreas influenciaram decisivamente a constituição do campo fonoaudiológico. As autoras denunciam que a revisão realizada apontou para uma prática de avaliação pautada num “enfoque reducionista da linguagem” (p. 46) que, a despeito das diferentes posturas encontradas, tende a localizar a causa das dificuldades em déficits localizados no próprio indivíduo.

Visando a um novo olhar sobre os “problemas de leitura e escrita”, as autoras analisam textos produzidos por três crianças (duas da pré-escola e uma da 1ª série do Ensino Fundamental) matriculadas em uma escola que “concebe a criança como alguém que reflete a escrita e age sobre ela” (p. 51). Para a análise, buscam inspiração, entre outros, nos trabalhos de Cagliari, Abaurre et alii, bem como em algumas assunções da lingüística textual. A análise que propõem não chega a esmiuçar os diversos aspectos apresentados pelos textos, mas é honesta o suficiente para alertar sobre os perigos de uma avaliação não-processual que, amparada por tarefas mecânicas e descontextualizadas, privilegie apenas os aspectos formais da linguagem escrita. Nesse sentido, trata-se de um trabalho especialmente importante para os educadores, a quem, via de regra, cabe a tarefa de identificar e encaminhar as crianças com supostos problemas de leitura e escrita.

A exemplo desse último trabalho, também o de Ângela Maria Gusso objetiva mostrar que os “‘erros’ manifestados pelos aprendizes de escrita são hipóteses que eles elaboram e reelaboram sobre essa representação da linguagem, orientados por mecanismos lingüísticos” (p. 162). Nesse trabalho, a autora traça uma interessante reflexão sobre a intersecção entre os pressupostos teóricos de Bakhtin e de Vygotsky, visando, sobretudo, ao esclarecimento da dinâmica da consciência. Além disso, além de compartilhar os pressupostos teóricos anunciados por Berberian, tem o cuidado de discutir o papel do adulto letrado na constituição da representação escrita pela criança e, para tanto, vai se valer das pesquisas de Maria Laura Mayrink-Sabinson e também de Ana Luíza Bustamante Smolka.

O *corpus* em que Gusso baseia sua discussão foi formado a partir de encontros quinzenais, realizados durante um período de 13 meses, com um menino de 7 anos de idade (à época do início dos encontros), freqüentando a 1ª série do Ensino Fundamental e considerado pela escola como “um caso problema de alfabetização”. Para seu artigo, a autora seleciona sete produções escritas, realizadas em intervalos de aproximadamente dois meses, e os discute a partir de critérios (orto)gráficos (como o uso convencional das letras, emprego de maiúsculas e minúsculas, por exemplo) e textuais (como, por exemplo, procedimentos coesivos empregados). A análise não é detalhada ou minuciosa, mas parece ter sido

deliberadamente pautada por critérios como “o que o sujeito pensou?”, “que hipóteses formulou” ou, de modo mais direto, “o que este sujeito já sabe, já construiu sobre a escrita?”. Nesse sentido, justificando o título de seu artigo – “Clareando os horizontes: o percurso do aprendiz da escrita” –, Gusso apresenta ao leitor como os erros, as ausências, as marcas insólitas podem mostrar um intrincado trabalho de reflexão e construção do conhecimento, no qual o adulto letrado joga papel decisivo. Acompanhar as atividades propostas e as produções da criança com atenção pode auxiliar os educadores a terem um olhar mais cuidadoso com a escrita dos aprendizes e, desta forma, seu artigo contribui para minimizar o processo de patologização da criança, ainda tão comum nos espaços escolares.

Esse processo de patologização é ainda mais contundente quando o aprendiz apresenta uma configuração (motora, sensorial ou psíquica) que parece justificar suas “dificuldades”, como é o caso de sujeitos surdos. Nesse sentido, há quatro artigos que, de modos distintos, contribuem não só para desmistificar arraigadas crenças sobre as “causas” das dificuldades de leitura e escrita dos surdos – como é o caso, especialmente, do trabalho de Clay Balieiro e Solange Gallo –, mas também para oferecer subsídios à reflexão fonoaudiológica.

Ana Cristina Guarinello e Kyrlian Bortolozzi apresentam um *software* desenvolvido para o trabalho de leitura e escrita com sujeitos surdos. Visitando a literatura sobre a linguagem escrita de surdos, as autoras encontram-se com trabalhos que apontam para a ocorrência de construções atípicas na escrita dos surdos e defendem que tais construções decorrem, grande parte das vezes, de um trabalho com a linguagem escrita tomada como *código* e trabalhada a partir de tarefas “mecânicas e descontextualizadas” (p. 75). A partir daí, elaboram um *software* que se destina a crianças surdas entre 10 e 14 anos de idade que estejam adquirindo o português escrito como segunda língua. Segundo as autoras, o programa organiza-se em torno de “histórias que contextualizam o cotidiano do surdo” (p. 83), além de exemplares concretos de diversos gêneros discursivos (reportagens, receitas, cartas, etc.), que são contados, em filmes, por meio da língua de sinais. Elas relatam, ainda, que o *software* dispõe de diferentes ferra-

mentas (ilustração, filmes) para o trabalho com o vocabulário; atividades interativas relacionadas às histórias, além de oferecer a possibilidade de geração de um relatório de resultados.

Como modo de escapar das tarefas mecânicas e descontextualizadas que parecem justificar as construções atípicas presentes na escrita dos surdos, as autoras esclarecem que o programa propõe atividades guiadas pelos diferentes usos sociais da linguagem escrita, concretizados na proposição de leitura e escrita de diferentes gêneros do discurso. Objetivando trabalhar a produção textual, os aspectos formais do sistema e a interpretação, o programa proposto afigura-se como ferramenta de um trabalho comprometido com a dimensão discursiva da linguagem escrita, respeitando o princípio de que o interlocutor representado é a peça fundamental para que essa forma de linguagem tenha significado para seus usuários.

Clay Balieiro e Solange Gallo, em “Escrita e surdez: uma abordagem discursiva”, vão partir da premissa de que o termo “*oralismo não se encontra atrelado a uma única concepção de linguagem ou abordagem clínica*” (p. 93), para defenderem a inscrição da linguagem escrita nessa clínica fonoaudiológica como mecanismo de subjetivação e constituição da própria linguagem, especialmente para crianças e adolescentes surdos. As autoras presenteiam os leitores com uma vigorosa revisão teórica dos princípios da análise do discurso de vertente francesa, a partir da qual vão defender que a questão da relação entre oralidade e escrita deva ser revista e reinterpretada a partir das noções de discurso da escrita e discurso da oralidade. Essa mudança, que não é meramente terminológica, subsidia o trabalho fonoaudiológico realizado por Balieiro com dois pacientes surdos que visou, em última instância, garantir o efeito-autor, isto é, “o efeito de unidade do dizer e de responsabilidade social sobre o que é dito” (p. 99).

A análise do trabalho de textualização realizado é rica não só por refletir um alto grau de fidelidade aos pressupostos teóricos assumidos, demonstrando sua viabilidade e importância para a clínica fonoaudiológica, mas, sobretudo, por fazê-lo em dois casos bastante distintos. Assim, as autoras relatam o caso de uma jovem de 15 anos, cujo trabalho resultou na publicação de um livro, e de um jovem de mesma idade que, apesar de apresentar um histórico de alto grau de letramento e plenas condições formais para escrever, encontra-se identificado

com uma forma-sujeito a partir da qual há um interdito à possibilidade de inscrever-se na posição de sujeito-autor. Deste modo, o trabalho permite ao leitor experienciar, pela análise da prática fonoaudiológica, a enorme distância que há entre a linguagem escrita como um mero “grafismo” – para a qual basta o conhecimento do funcionamento do sistema escrito – e o discurso escrito, para o qual entram em cena as condições de produção e a historicidade de cada sujeito. Na fonoaudiologia, tem se tornado um lugar-comum afirmar que o sujeito tem de ser considerado em sua singularidade; o trabalho de Balieiro e Gallo vem mostrar em que sentido isso deve ser, de fato, um pilar do método clínico-terapêutico.

Em “Discutindo o uso da sintaxe por sujeitos surdos”, Maria Cristina da Cunha Pereira vai partir de uma resenha concisa, correta e pontual sobre o que os estudos descritivos e explanatórios têm afirmado sobre o uso da sintaxe por sujeitos surdos. Cotejando esses estudos com o cenário educacional, a autora conclui que

Até recentemente, (...), os profissionais priorizavam o aprendizado de vocábulos e de estruturas frasais, das mais simples para as mais complexas, as quais eram ensinadas por meio de exercícios de substituição, objetivando memorização e depois generalização das regras. Como resultado, os alunos empregavam frases estereotipadas, do tipo SVO, nas quais faltavam os elementos de ligação e as flexões. (...) Em relação à leitura e à escrita, os alunos aprendiam a codificar e decodificar vocábulos e frases que muitas vezes não entendiam. (p. 115)

Esse quadro pode, segundo a autora, ser profundamente alterado se a escola assumir uma visão de língua como atividade discursiva e o professor ocupar um papel de interlocutor privilegiado, responsável pela estruturação do discurso de seus alunos. Se estiverem inseridos numa língua viva, em real funcionamento, poderão utilizá-la em suas interações, e a sistematização gramatical – até então prioritária – dar-se-á posteriormente.

Para defender e ilustrar sua postura, Pereira vai partir da prática de uma professora comprometida com a promoção do letramento e adepta do trabalho com a gramática a partir da leitura e da produção de textos e apresentar seu trabalho com dois alunos, estudantes de uma mesma escola especial, em períodos

diferentes. Enquanto o primeiro estudante (1987) utilizava-se apenas da modalidade oral, o segundo (1998) tinha fluência em língua de sinais, utilizando-a dentro e fora da escola. Essa condição lingüística é que parece justificar que os textos desse sujeito tenham maior variedade de informações, bem como um uso mais eficaz das categorias de espaço e tempo. No entanto, os textos produzidos por ambos os sujeitos apresentam coesão, são uniformes quanto às flexões verbais, demonstram respeito às regras de pontuação, além de utilização dos discursos direto e indireto. Para a autora, o que sustenta a qualidade dos textos analisados, nos quais “eventuais alterações não constituem normas de uso por parte dos autores” (p. 123), é um trabalho assentado numa perspectiva discursiva da linguagem e comprometido com seu uso em situações reais, significativas e, sobretudo, variadas.

Garantir que o sujeito surdo leia com compreensão e autonomia é o objetivo da oficina de leitura proposta por Beatriz Mendes que, juntamente com Beatriz Novaes, assinam o artigo “Oficina de leitura com adolescentes surdos: uma proposta fonoaudiológica”. As autoras realizam uma explanação correta e bem articulada do processamento (meta)cognitivo da leitura e discutem brevemente algumas pesquisas sobre a intrincada relação entre leitura e surdez. Dessas pesquisas tiram uma interessante consequência: a de que a maioria delas apóia-se em sujeitos surdos que freqüentam a escola especial e, portanto, seus resultados são limitados, na medida em que desconsideram aqueles surdos que trilham sua escolaridade em escolas regulares. Partindo do princípio de que esses surdos estão dispersos, sugerem que a “clínica de fonoaudiologia [seja] um dos espaços onde (...) terminam por encontrar-se com seus pares surdos” (p. 138) e passam, então, a relatar o trabalho de leitura realizado com três adolescentes surdos no interior de uma clínica de fonoaudiologia particular. Esses sujeitos – todos estudantes de escolas regulares – assemelhavam-se pela necessidade e disponibilidade para a realização de um trabalho com a leitura e formaram o grupo com o qual a oficina foi levada a cabo. Segundo as autoras, o objetivo foi o de “prover a eles uma experiência e vivência com a leitura em um contexto diferenciado da escola” (p. 139).

Semanalmente, em sessões de duas horas, as fonoaudiólogas Beatriz Mendes e Clay Balieiro alternavam-se nos papéis de líder e observadora das

dinâmicas e propunham atividades que eram mediatizadas por diferentes portadores de textos, os quais permitiam a circulação de diversos gêneros discursivos. O trabalho proposto guiou-se, fundamentalmente, pela modelagem de diferentes estratégias metacognitivas de leitura, destacando-se a ativação de conhecimentos prévios, a interação equilibrada entre estratégias *bottom up* e *top down* e a utilização de inferências lexicais. Embora as estratégias metacognitivas tenham sido o viés condutor, o trabalho realizado ultrapassou os limites de uma abordagem centrada no processamento da informação, na medida em que as intervenções das terapeutas visavam, em última instância, à construção de uma atitude de sujeito-leitor diante do texto. Ao acompanhar os expedientes utilizados pelas fonoaudiólogas, o leitor poderá acompanhar um trabalho que permitiu aos sujeitos não só conhecerem seus processos individuais de leitura – com suas potencialidades e limitações–, como também construir estratégias flexíveis para lidar com suas dificuldades. Em outras palavras, o contexto da oficina permitiu que as dificuldades aflorassem e pudessem ser enfrentadas, o que, concordando com as próprias autoras, “singulariza a prática do fonoaudiólogo em questões de leitura e escrita” (p. 157).

A resenha é um gênero que, em certa medida, bebe de seu próprio veneno, pois, se, por um lado, tem na polifonia sua própria tessitura, por outro, precisa apropriar-se dessas palavras alheias para configurar um dizer próprio e pode, neste movimento, pecar. Assim, embora tenhamos tentado ser o mais fiéis possível aos oito artigos que compõem este livro, nada pode substituir o movimento único e irrepetível que cada leitor terá em sua leitura; movimento esse que permitirá a cada um dialogar com os textos e construir, a partir de sua história (de vida, de leitura, clínica, educacional), sentidos inéditos e singulares. Assim, resta apenas parabenizar as organizadoras por este livro¹, cuja iniciativa deve ser espelhada por todos aqueles que desejam ver a clínica da linguagem escrita amplamente discutida na literalização fonoaudiológica.

1. Trata-se de um livro que pretende refletir as inquietações e as pesquisas do Núcleo de Trabalho: Fonoaudiologia e Linguagem Escrita, nascido em 1999 no curso de Graduação em Fonoaudiologia e mestrado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná.